

Linda L&L 210

O limite de segurança nas reservas

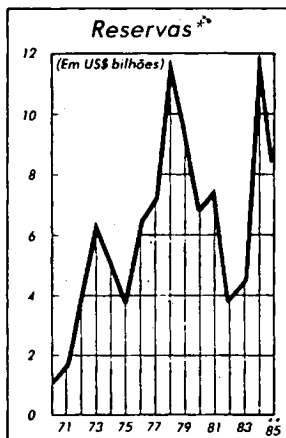


Preston Martin

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

O governo dispõe de uma nítida indicação do nível de reservas internacionais — medidas pelo conceito de caixa do Banco Central —, considerado o ponto mínimo abaixo do qual será acionado o “sinal vermelho” de comprometimento das contas externas. “O ideal é mantermos em torno de US\$ 8 bilhões as nossas reservas, e qualquer redução de até US\$ 1 bilhão naquele patamar já começa a ser preocupante”, revelou ontem o presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber.

A indicação do nível de reservas, bem como os resultados a serem colhidos no desempenho da balança de pagamentos, será alvo de atenção redobrada por parte das autoridades brasileiras ao longo da fase de consolidação da dívida externa, dentro do acordo a ser firmado com os banqueiros internacionais, com duração prevista para o período entre 1985 e 1991.



Fonte: Banco Central e Centro de Informações da Gazeta Mercantil.
* Conceito do IML.
** Posição de junho.

Esta etapa da fase 3 da renegociação prevê o reescalonamento de amortizações que somam US\$ 45,3 bilhões de principal tomado de bancos comerciais externos e mais US\$ 5,8 bilhões de dívidas contraídas com aval de governo e que estão sendo acertadas no âmbito do Clube de Paris.

Antônio Carlos Lemgruber.

ber atestou que o governo da Nova República manterá esta programação, cujo pagamento será projetado no período de dezesseis anos, e também vai cumprir com o pagamento de juros correntes, estimado em um desembolso de US\$ 55 bilhões ao longo dos próximos sete anos. Mas pretende precaver-se contra uma eventual impossibilidade de cumprir os compromissos assumidos com os banqueiros.

“O Brasil não vai admitir a inclusão de nenhuma cláusula restritiva no contrato de renegociação plurianual da dívida externa que impeça o País de voltar a estes bancos credores para discutir um mecanismo de empréstimo de dinheiro novo, ‘new money’”, informou Lemgruber, revelando que a estratégia imaginada pelo governo é deixar em aberto a questão do refinanciamento dos juros, com uma margem para que o acordo possa ser rompido e rediscutido com o comitê de bancos que assessora a dívida externa brasileira, sempre que for detectado constrangimento nas contas externas, com o perigo de perdas substanciais de reservas.

A estratégia é importante porque amarra ao contrato, de alguma forma, a cobertura para o financiamento dos juros sob a responsabilidade dos bancos internacionais e resguarda, ao mesmo tempo, o governo brasileiro de passar pela delicada situação de depender da boa vontade do sistema financeiro internacional. Neste aspecto, o acordo proposto pelo Brasil revela um avanço em comparação com os termos que foram acertados pelo México, na renegociação de sua dívida externa, e deixaram aquele país impossibilitado de procurar, de forma compulsória, os bancos privados para novos empréstimos.

“O importante é sermos realistas e endurecer onde podemos”, alertou o presidente do Banco Central, para quem se torna inviável ao Brasil forçar dentro do acordo a inclusão de qualquer cláusula que imponha, desde já, o desembolso de dinheiro novo da parte dos banqueiros. “O processo de renegociação tem de levar